

# COMPORTAMENTO DAS RECEITAS E DESPESAS DOS ESTADOS BRASILEIROS EM MOMENTOS DE CRISE ECONÔMICA

**Thaíse SOUZA WILVERT**

Grupo de Gestão de Custos  
Universidade Federal  
de Santa Catarina  
(Brasil)

**Altair BORGERT**

Grupo de Gestão de Custos  
Universidade Federal  
de Santa Catarina  
(Brasil)

**Thayse MORAES ELIAS**

Grupo de Gestão de Custos  
Universidade Federal  
de Santa Catarina  
(Brasil)

## RESUMO:

A crise econômica que afeta o Brasil nos últimos anos tem reduzido o poder de compra dos consumidores, e tende a afetar as receitas tributárias dos Estados. Por outro lado, algumas despesas permanecem constantes, devido à característica de custo fixo, e apresentam dificuldade de redução. Nesta perspectiva, o objetivo da presente pesquisa é verificar o comportamento das receitas e despesas dos Estados brasileiros em momento de crise. A análise, que realiza-se por meio de gráficos, compreende o período de 2008 a 2015, e abrange as variáveis Receitas Totais, Receitas Tributárias, Despesas Totais e Despesa com Pessoal e Encargos Sociais. Os resultados fornecem evidências de que alguns Estados foram mais diretamente afetados pelos momentos de recessão econômica do que outros.

**Palavras-chave:** Crise Econômica. Custos no Setor Público. Estados brasileiros.

## 1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos os consumidores estão sendo afetados pela crise econômica que está ocorrendo no Brasil. De acordo com uma pesquisa feita pela Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento – ACREFI (2016) junto a TNS, uma empresa de pesquisa de mercado customizada, a inflação tem impactado no padrão de consumo de 95% das 1000 pessoas entrevistadas em todas as regiões do Brasil. Adicionalmente, a pesquisa ainda apresenta que, desses consumidores, 79% são de consumo de vestuário, 83% de alimentação e 46% de transporte.

Por qualquer parâmetro que se use, a situação financeira geral dos Estados e dos municípios brasileiros é grave. O cenário global é de receitas em queda, devido a redução da atividade econômica, e de orçamentos fortemente comprometidos com folhas de pessoal e encargos financeiros. Em relação a

despesas com pessoal, 17 dos 26 Estados fecharam o ano de 2014 dentro da chamada zona de risco da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (SILVA, 2015).

O cenário de recessão econômica, que afeta os consumidores, também ocorreu durante a crise de 2008. Pochmann (2009) afirma que o desemprego é uma das grandes consequências que o Brasil sofreu com os efeitos causados por esta crise, e observa que de outubro de 2008 a março de 2009, por exemplo, a taxa de desemprego entre a população pobre aumentou 18,5%, enquanto que a considerada não pobre aumentou 24,8%.

A crise econômica de 2008 ganhou dimensão global a partir de acontecimentos que ocorreram no mercado financeiro americano ainda no ano de 2007, tendo relação direta com a perda de dinamismo no sistema de financiamento de imóveis nos Estados Unidos. Este problema se espalhou rapidamente pelos mercados financeiros mundiais, inclusive pelo mercado financeiro do Brasil (BORÇA JÚNIOR; TORRES FILHO, 2008).

A inflação e o desemprego, portanto, são fatores que podem influenciar a diminuição no consumo das pessoas e, assim, as receitas tributárias dos Estados tendem a reduzir. Por outro lado, em função da característica de custos fixos, grande parte das despesas governamentais permanece constante.

Um estudo apresentado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social BNDES – 2000 (*apud* MAUSS, 2008) comprova a extrema dificuldade que os gestores governamentais têm na redução de gastos por não usufruírem de sistemas de controle de custos adequados. Mauss (2008), aponta que os resultados esperados são prejudicados pela falta de instrumentos gerenciais mais eficazes na determinação dos gastos com insumos.

Rezende, Cunha e Bevilacqua (2010) observam que o governo tem dificuldades para conter a expansão dos gastos e não possui informações que permitam identificar ineficiências e desperdícios, de modo que a redução dos gastos não comprometa programas e ações indispensáveis à melhoria das condições sociais e ao desenvolvimento do país. Para os autores, é necessário desenvolver um sistema de informações que permita avaliar os custos dos programas e atividades mantidos pelo governo, para evitar os tradicionais cortes lineares que prejudicam atividades essenciais, sem afetar aquelas que são exercidas com um nível elevado de ineficiência.

Segundo Slomski (2003), os gestores públicos não utilizam informações de custos como base de suas decisões diárias, pelo fato de que o tema custos e resultado econômico em entidades públicas terem apresentado poucos estudos que viabilizem sua aplicação na prática no serviço público. Diante do apresentado é possível perceber que a falta de estudos na área de gestão de custos públicos dificulta o acompanhamento e o gerenciamento das receitas e despesas, especialmente em momentos de crise, em que as receitas tendem a diminuir e as despesas tendem a se manterem constantes.

Para suprir essas dificuldades, foram criados alguns programas e sistemas de apuração e gestão de custos, como o Programa Nacional de Gestão de Custos – PNGC e o APURASUS, porém, obtiveram insucesso na implementação ou a utilização não está efetivamente difundida (TEIXEIRA, 2013; MARTINS; PORTULHAK; VOESE, 2015). Também, em 2010, o Sistema de Informação de Custos do Governo Federal – SIC, aplicado ao Governo Federal, realça a deficiência que os Estados têm quanto ao gerenciamento de suas receitas e despesas (MACHADO; HOLANDA, 2010).

Silva (2016) menciona que a necessidade de conhecer os custos dos produtos e serviços, de apurar e avaliar resultados, a contribuição para aprimorar a gestão de custos como vantagem competitiva e partes das ações estratégicas, são algumas das justificativas para a implantação do Programa Nacional de Gestão de Custos – PNGC.

De acordo com a visão de Dall’olio (2013), com a deficiência desses programas de gestão de custos torna-se ineficiente a alocação dos recursos públicos, assim, diverge do interesse público, pelo fato de esses recursos públicos estarem sendo gastos em excesso ou sem o devido controle.

A redução do consumo em momentos de crise econômica, que afeta a arrecadação de receitas tributárias, as despesas estaduais que permanecem constantes, em especial os gastos com pessoal e encargos, e a deficiência dos sistemas de apuração, controle e gerenciamento dos custos, são fatores que motivam a verificação do comportamento das receitas e despesas dos Estados brasileiros, em relação a dificuldade de redução de custos em momentos de recessão econômica, principalmente devido à falta de conhecimento do comportamento dos custos.

Com base nos argumentos e pontos apresentados, a seguinte pergunta orienta esta pesquisa: qual o comportamento das receitas e despesas dos Estados brasileiros durante momentos de crise econômica?

Assim, o objetivo desta pesquisa é verificar qual o comportamento das receitas e despesas dos 26 Estados brasileiros e do Distrito Federal de 2008 a 2015, de modo a avaliar de que forma a crise afeta a arrecadação de receitas e o comprometimento com as despesas estaduais. Vale destacar que as receitas analisadas referem-se as Receitas Totais e Receitas Tributárias, enquanto que as despesas abrangem as Despesas Totais e Despesas com Pessoal e Encargos Sociais.

Este estudo proporciona uma visão panorâmica do comportamento das principais receitas e despesas dos Estados brasileiros em momentos de crise, devido à necessidade de acompanhamento, entendimento e gerenciamento dos custos no setor público, a fim de enfrentar crises sem expressivos déficits orçamentários. Quanto a utilidade deste estudo, está relacionada ao fato de existirem poucos estudos na área de custos do setor público, ainda, está atrelada a busca pela eficiência dos Estados quanto as suas receitas e despesas.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Nesta seção da pesquisa aborda-se os períodos de crises econômicas, sobretudo os acontecimentos e motivos, também, menciona-se como esses momentos podem ter colaborado para a redução das receitas dos Estados e para a não redução das despesas. Em seguida, apresenta-se a situação do controle e gerenciamento dos custos no setor público do Brasil, e destaca-se a importância da gestão de custos no setor.

### **2.1 Recessão econômica**

Um período de Recessão Econômica pode ser um termo usado para os fatores negativos relacionados a redução dos lucros das empresas e redução do consumo das famílias. A maior parte dos economistas classifica este período

como a redução do Produto Interno Bruto (PIB) de um país, por pelo menos dois trimestres consecutivos. Uma definição alternativa aponta que uma recessão econômica começa quando uma economia atinge o topo de um ciclo até chegar ao fundo, e assim uma nova recuperação se inicia (NOGUEIRA, 2011).

Nesta perspectiva, a insolvência generalizada no sistema de hipotecas imobiliárias nos Estados Unidos deu início à crise de 2008. Esta insolvência foi causada pela ampliação do crédito, principalmente o imobiliário, sendo um determinante conjuntural e um determinante estrutural apontado como causa dessa ampliação (GONÇALVEZ, 2008).

Como determinante conjuntural, a redução das taxas de juros, que teve como consequência imediata a ampliação do crédito imobiliário e da demanda por imóveis, levou ao aumento do preço dos mesmos. Do ponto de vista dos fatores estruturais, destaca-se como elemento principal a crescente desregulamentação financeira, que ficou marcada pelo grande aumento das hipotecas *subprime* e também pela grande alavancagem do sistema financeiro (GONÇALVEZ, 2008).

*Subprime* são hipotecas de alto risco, que eram empréstimos concedidos a clientes que não tinham boa avaliação de crédito nos Estados Unidos, ou seja, pessoas que antes não conseguiam financiamento para a casa própria. As hipotecas *subprime* costumam ter taxas pós-fixadas, que sobem de acordo com as oscilações da economia (GLOBO, 2012).

Para Paulani (2009), foi no setor financeiro que ocorreram os primeiros impactos da crise na economia brasileira. O sistema financeiro nacional também estava inserido no contexto de globalização financeira e isso impunha uma lógica financeira ao processo de acumulação financeira. Pelo lado real da economia, o impacto da crise chegou principalmente pela deterioração das expectativas e isso causou impactos negativos na variável investimento. Do lado do consumo, o crédito não foi afetado do mesmo modo que o investimento, mas em financiamento de alto valor, como automóveis, por exemplo, onde o crédito teve uma leve retração (PAULANI, 2009).

Ainda com relação a recessão econômica, pode-se dizer que a crise se instaurou no Brasil do mesmo modo que chegou a outros países emergentes, ou seja, através do esgotamento do dinamismo das economias desenvolvidas, da redução dos níveis de investimentos e da escassez de crédito no mercado financeiro mundial (MATTEI; RUCINSKI, 2016).

Atualmente o Brasil passa por uma crise de consumo. Grande parte do que causou essa crise foi o fato de o Governo ter segurado preços baixos, como por exemplo, o da gasolina até o final de 2014, e em 2015 os preços terem aumentaram drasticamente. Com o aumento do preço do combustível, a inflação aumentou e o consumidor brasileiro perdeu poder de compra. Esta diminuição do consumo acarretou na redução da arrecadação e o desemprego ficou mais forte. Também houve o aumento dos gastos públicos ao visar receitas futuras estimadas, que não foram realizadas (MENDONÇA, 2016).

Como toda crise afeta mais um setor do que o outro, o setor automotivo é um dos setores mais atingidos desta vez. Chegou a 26,6% a redução da produção de veículos em 2015, e para 2016 estima-se uma redução de 7,5%. Pelo fato de este setor representar 10% da indústria nacional, é expressivo o dano que causa na economia brasileira (MENDONÇA, 2016).

## 2.2 Custos no setor público

No Brasil é utilizado o regime contábil denominado internacionalmente de Regime de Competência Modificado, em que a arrecadação das receitas recorre ao regime de caixa e a realização das despesas ao regime de competência, uma vez que a contabilidade pública produz informação com base na Lei nº4.320/64 e as novas orientações da Secretaria do Tesouro Nacional – STN (BORGES; MARIO; CARNEIRO, 2013).

A partir da década de 1980 foi criado o Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI, que cumpre as funções de registro, banco de dados, provedor de relatórios contábeis, pagamento e controle, ancorado em um plano de contas, na conta única do Tesouro Nacional e na tabela de eventos. A introdução do SIAFI como ferramenta de auxílio à administração financeira nas entidades públicas representou uma revolução na gestão pública brasileira (BORGES; MARIO; CARNEIRO, 2013).

Castro e Garcia (2004) observam que antes do SIAFI não se havia noção dos gastos da Administração Pública, pois se administrava com base na posição do caixa do governo federal controlado em contas bancárias no Banco do Brasil.

Em 1999 foi providenciada uma medida que poderia atenuar a discrepância entre receitas e despesas em momentos de crise. Segundo Crespo (2007), foi lançado em outubro de 1999, o Programa de Estabilidade Fiscal, em que o governo federal impôs a si mesmo a obrigação de um equilíbrio mínimo entre receita e despesa.

Além disso, os governos têm ao seu dispor ferramentas para amenizar a duração e o impacto das recessões econômicas, como a política fiscal e cambial. Aumentar os gastos públicos e reduzir as taxas de juros pode também ser uma alternativa, mas os governos não podem resolver todos os problemas da economia, que se regem pelos mercados (NOGUEIRA, 2011).

Mesmo com a introdução de alguns sistemas que auxiliem a administração financeira do Brasil, pode-se inferir que não há uma cultura de gestão de custos no serviço público. A escassez de literatura voltada ao tema é um dos motivos pelos quais pode não haver a utilização da contabilidade de custos governamental, pois verifica-se que a maior parte da literatura existente trata de custos no âmbito da iniciativa privada (MAUSS, 2008).

Farias e Madruga (2004) afirmaram que a contabilidade de custos aplicada à área governamental apresenta um verdadeiro “clarão doutrinário”, onde muito pouco ou quase nada existe de embasamento teórico. Em 2013 esta noção de deficiência persiste, uma vez que, conforme Dall’olio (2013), a ausência de um sistema de custos adequado ao setor público é um dos fatores que impedem a avaliação da eficiência, eficácia e efetividade dos serviços que são entregues pela gestão pública.

Com relação a deficiência de conteúdo e aplicabilidade de sistemas eficazes de gerenciamento dos custos, Silva (2016) destaca que instituições de saúde no Brasil, principalmente as públicas, são as menos modernizadas gerencialmente, uma vez que essas instituições em sua maioria utilizam métodos contábeis tradicionais, sem fazer o uso de sistema de custos que oriente e forneça parâmetro para decisões e controle. O Núcleo Nacional de Economia da Saúde –

NUNES evidenciou, ao pesquisar 175 hospitais, que a maioria deles utilizam o método de Custeio por Absorção.

### 3 METODOLOGIA

Os objetos a serem estudados na presente pesquisa são os 26 Estados brasileiros, sendo eles: Acre (AC), Alagoas (AL), Amapá (AP), Amazonas (AM), Bahia (BA), Ceará (CE), Espírito Santo (ES), Goiás (GO), Maranhão (MA), Mato Grosso (MT), Mato Grosso do Sul (MS), Minas Gerais (MG), Pará (PA), Paraíba (PB), Paraná (PR), Pernambuco (PE), Piauí (PI), Rio de Janeiro (RJ), Rio Grande do Norte (RN), Rio Grande do Sul (RS), Rondônia (RO), Roraima (RR), Santa Catarina (SC), São Paulo (SP), Sergipe (SE) e Tocantins (TO), e o Distrito Federal.

Com relação às variáveis a serem estudadas, estas abrangem: Receitas Totais, Receitas Tributárias, Despesas Totais e Despesa com Pessoal e Encargos Sociais. A Receita Tributária é uma das mais representativas das Receitas Correntes, e a Despesa com Pessoal e Encargos Sociais é uma das que mais representa as Despesas Correntes. Estas variáveis serão analisadas e comparadas em um período de 8 anos, ano de 2008 a 2015.

A Receita Tributária dos Estados é formada por diversos impostos e taxas. Quanto aos impostos, segundo o Código Tributário Nacional do Brasil (1966), Seção IV, Art. 155, compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir: imposto sobre transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos – ITCD; imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços – ICMS e imposto sobre a propriedade de veículos automotores – IPVA.

E quanto às taxas, segundo o Código Tributário Nacional do Brasil (1966), Seção I, Art. 145, os Estados e o Distrito Federal poderão instituir: taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição.

Por meio do *site* Compara Brasil, obteve-se uma base de dados das receitas e despesas dos Estados brasileiros, em planilhas, do ano de 2008 a 2015. As fontes utilizadas pelo *site* são a Secretaria do Tesouro Nacional – STN e o Sistema de Coleta de Dados Contábeis dos Entes da Federação – SISTN. Os dados coletados foram transportados para uma planilha do Excel, no qual foram selecionadas as variáveis estudadas a fim de elaborar os gráficos. Adicionalmente, foram coletadas informações nos relatórios disponibilizados pelos Estados nos seus *sites*. Portanto, este estudo limita-se às informações disponibilizadas pelo *site* Compara Brasil e aos Balanços Gerais dos Estados.

As análises compreendem duas etapas. A primeira refere-se a elaboração e observação dos gráficos gerais das Receitas Totais e das Despesas Totais dos Estados, enquanto que a segunda trata-se da elaboração e análise de gráficos específicos, ao confrontar as Receitas Tributárias com as Despesas com Pessoal e Encargos Sociais dos Estados. Nesta etapa, destaca-se os Estados mais críticos, ao analisar ao longo de um período de 8 anos em que foram presenciadas duas crises econômicas, e investigar os prováveis motivos de tais comportamentos.

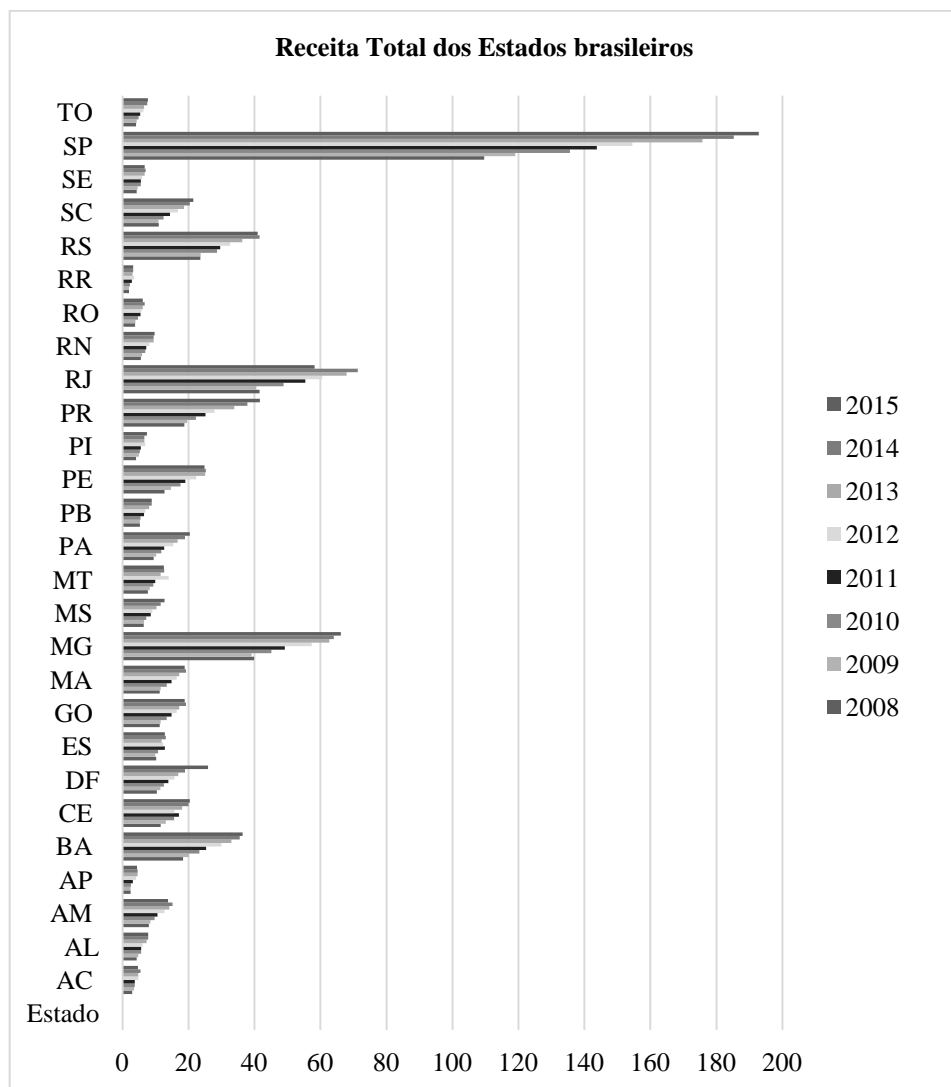
Vale destacar que os Estados do Ceará, Paraíba e Tocantins não tiveram seus dados de Despesa Total e Despesa com Pessoal e Encargos Sociais

publicados no ano de 2014, o que inviabiliza a análise completa destes Estados. Já para o Estado do Rio de Janeiro não foram apresentados os dados de Despesa Total do ano de 2015, o que impossibilitou a observação dessa conta no último ano.

#### **4 ANÁLISE DOS RESULTADOS**

Para verificar o comportamento das Receitas Totais dos Estados brasileiros ao longo de um período de 8 anos e, assim, destacar os Estados com maiores e menores receitas, observa-se os valores em bilhões de reais desta variável no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Receita Total dos Estados brasileiros (em bilhões de reais)



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa.

Ao observar o Gráfico 1, percebe-se que as maiores Receitas Totais do período de 2008 a 2015 são de três Estados da região Sudeste do Brasil: São Paulo em primeiro lugar, seguido de Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Um dos motivos para os Estados terem uma receita maior pode estar relacionado ao tamanho da população, conforme verificado a forte correlação (coeficiente 0,97) entre o número de habitantes dos Estados e a sua Receita Total. Dessa forma, pode-se inferir que quanto maior o número de pessoas, maior a geração de receitas, especialmente em termos tributários.

Segundo dados apresentados pelo IBGE (2010), São Paulo apresentava no ano de 2010 41 milhões de habitantes, Minas Gerais 20 milhões de habitantes



e Rio de Janeiro 16 milhões de habitantes, e quanto a população estimada para o ano de 2016, esses três Estados continuaram com o maior número de habitantes.

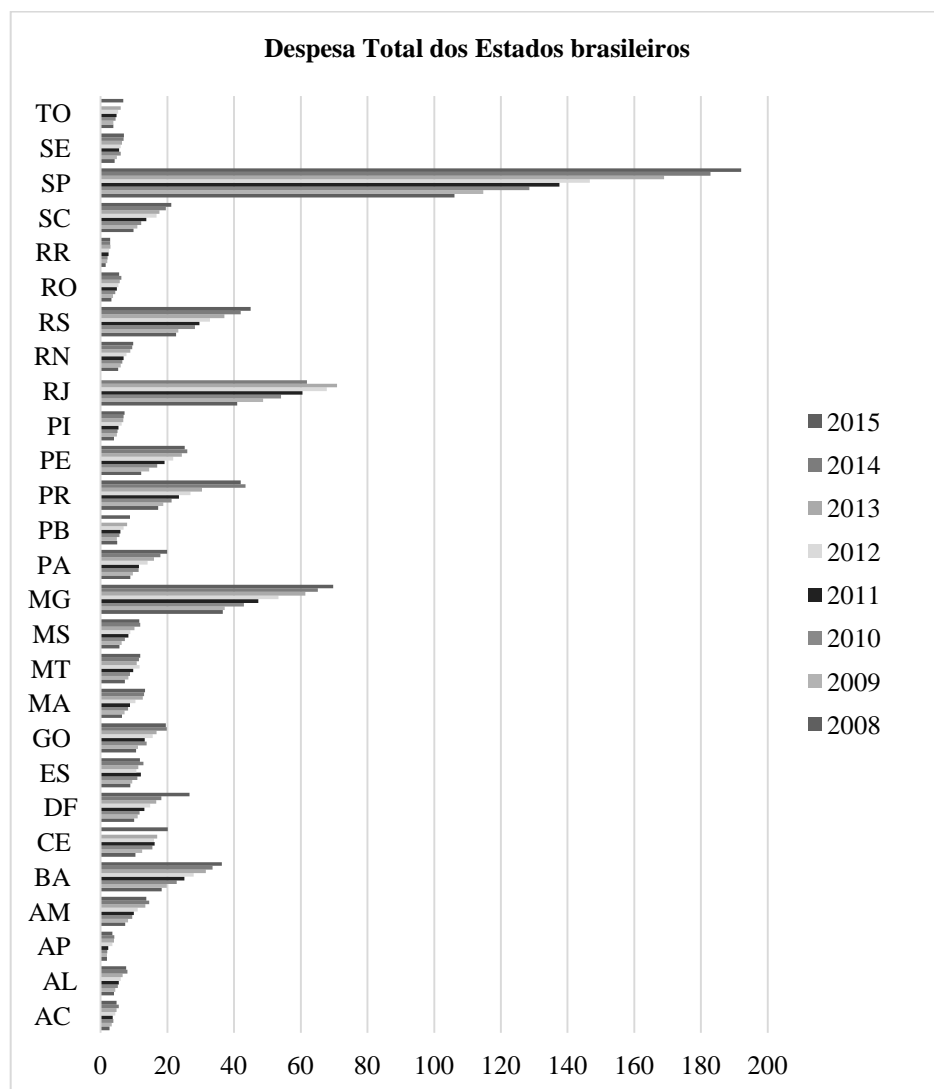
Também nota-se no Gráfico 1 os Estados com as menores Receitas Totais do período de 2008 a 2015: Roraima, Amapá e Acre, que fazem parte da região norte, uma região com população menor.

De acordo com os dados do IBGE (2010), os três Estados que têm as menores populações são Roraima com 450 mil habitantes, Amapá com 670 mil habitantes e Acre com 734 mil habitantes, e com população estimada para 2016 em 514 mil habitantes, 782 mil habitantes e 817 mil habitantes, respectivamente.

Vale mencionar que, ainda que a pesquisa feita pela ACREFI (2016) evidencia a diminuição do consumo e Pochmann (2009) afirma que o desemprego aumentou com a crise, as Receitas Totais, na maioria dos Estados, tiveram um aumento constante ao longo do período de 8 anos, conforme pode ser observado no Gráfico 1. No entanto, as Receitas Totais abrangem diversas fontes que não necessariamente tenham relação direta com a crise econômica.

A fim de verificar o comportamento das Despesas Totais dos Estados brasileiros ao longo de um período de 8 anos e, assim, destacar os Estados com maiores e menores despesas, observa-se os valores em bilhões de reais desta variável no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Despesa Total dos Estados brasileiros (em bilhões de reais)



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa.

No Gráfico 2 das Despesas Totais não apresentam-se informações do ano de 2014 para os Estados do Ceará, Paraíba e do Tocantins, e também para o Estado do Rio de Janeiro no ano de 2015, devido à falta de dados no *site* Compara Brasil. Mas, mesmo diante desta limitação, pode ser notado que, de modo geral, as Despesas Totais acompanharam as Receitas Totais durante o período verificado, uma vez que ambas aumentam constantemente ao longo dos 8 anos na maioria dos Estados.

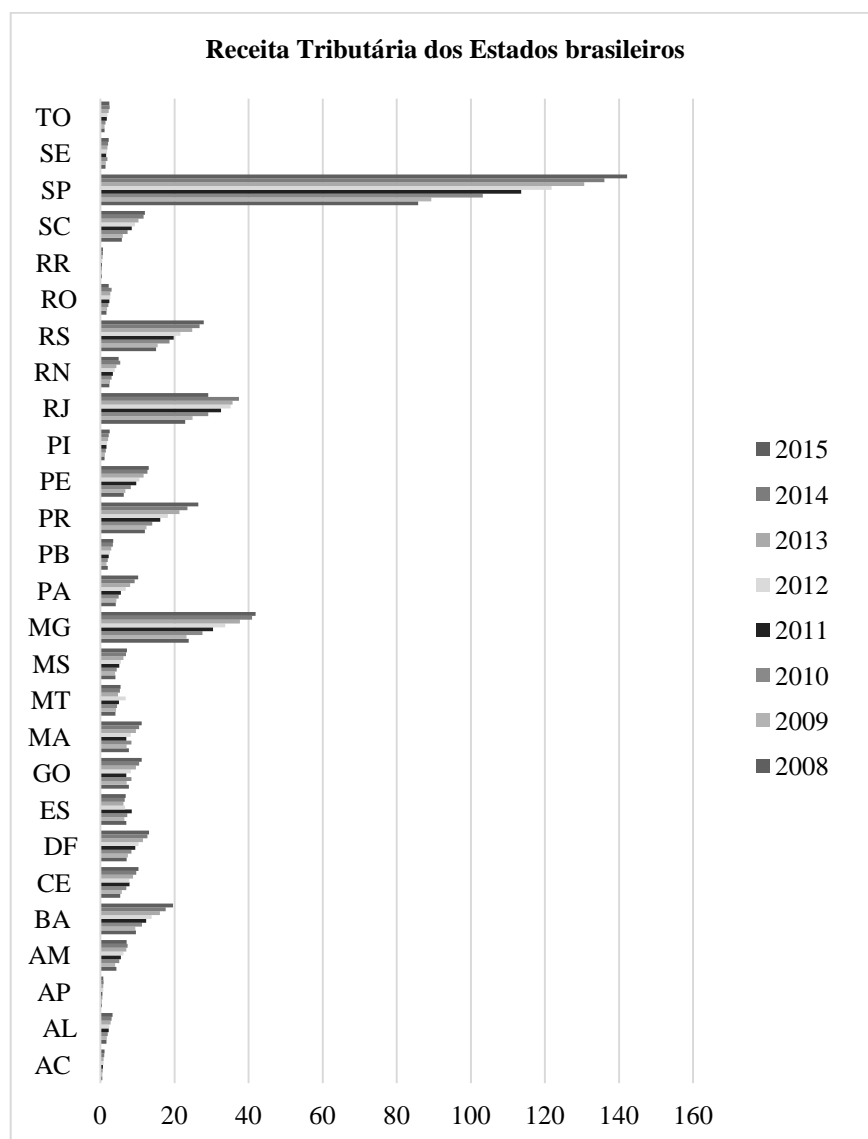
De modo similar às Receitas Totais, as maiores Despesas Totais também são do Estado de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Isto se deve, provavelmente, pelos mesmos motivos explicados para as receitas, pois quanto

maior o número de habitantes, maior as despesas. O mesmo ocorre para os Estados com menores Despesas Totais: Roraima, Amapá e Acre.

Em termos específicos, Silva (2015) afirma que o cenário global é de receitas em queda, por causa da redução da atividade econômica, e de orçamentos fortemente comprometidos com despesas com pessoal. Nessa perspectiva, realiza-se um confronto da Receita Tributária e da Despesa com Pessoal e Encargos Sociais de todos os Estados brasileiros em gráficos específicos.

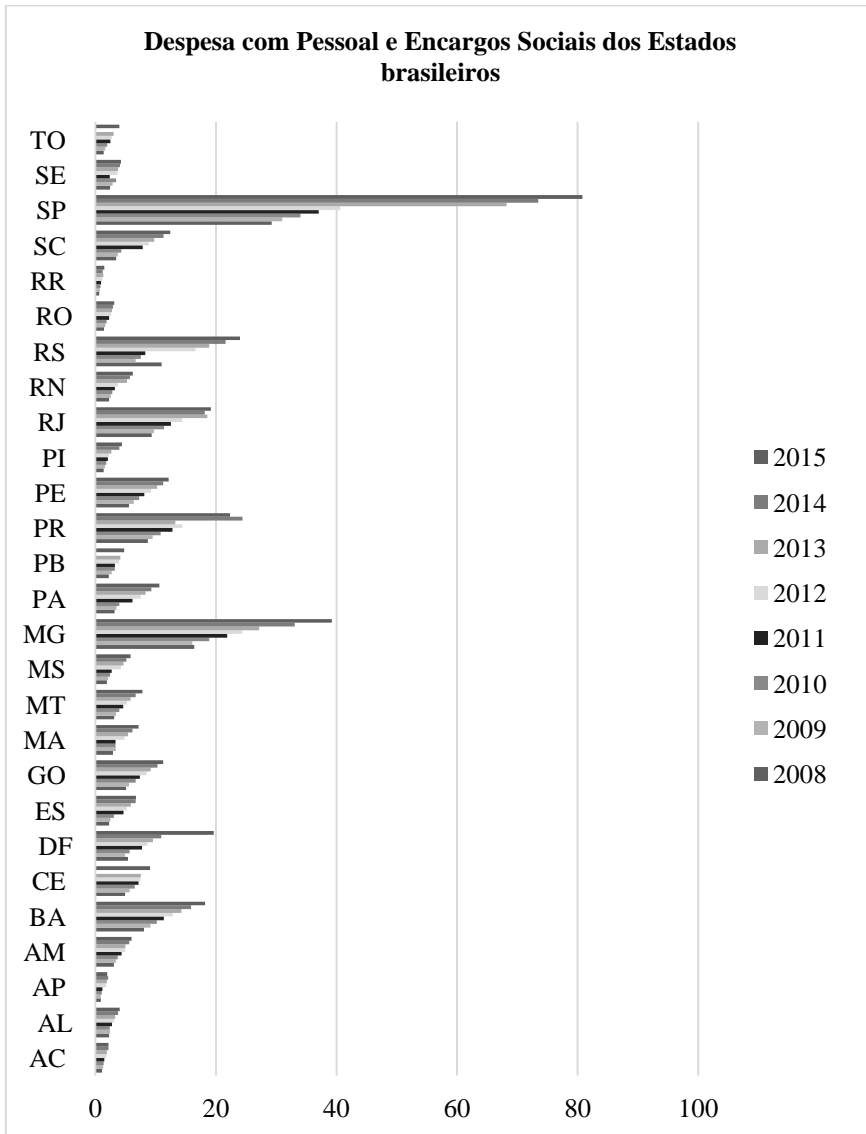
Vale destacar que as Despesas com Pessoal e Encargos Sociais não necessariamente sejam pagas com as Receitas Tributárias, e este estudo não pretende abordar este assunto, objetiva-se apenas verificar estas duas contas que tendem a ser afetadas mais fortemente em momentos de crise.

Gráfico 3 – Receita Tributária dos Estados brasileiros (em bilhões de reais)



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa.

Gráfico 4 – Despesa com Pessoal e Encargos Sociais dos Estados brasileiros (em bilhões de reais)



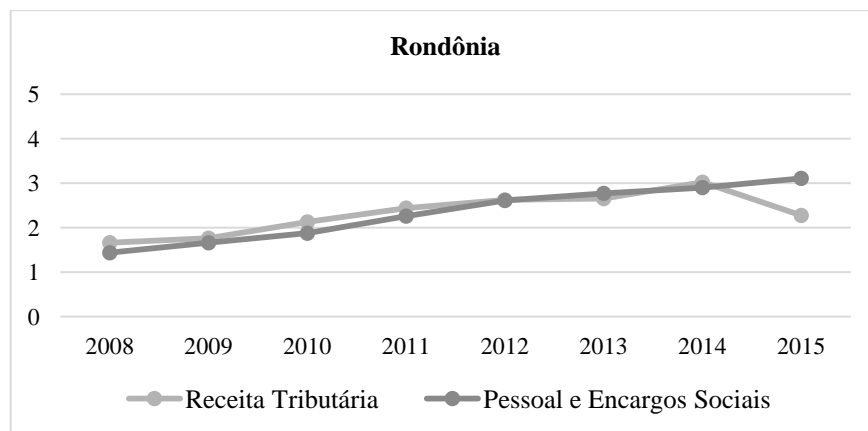
Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa.

Com base nas informações gerais, destaca-se apenas os Estados mais críticos em relação a queda de Receitas Tributárias e aumento das Despesas com Pessoal e Encargos Sociais em momentos de crise, a fim de verificar indícios de comportamento peculiar nestes períodos e, a partir desta evidência, investigar informações mais detalhadas destes Estados com intuito de entender a situação.

O Estado do Espírito Santo teve quedas no valor da Receita Tributária e aumentos no valor de Despesas com Pessoal e Encargos Sociais durante o

período analisado, mas continuou com a receita maior que a despesa. Já, alguns Estados que em anos anteriores a momentos de crise costumavam ter as Despesas com Pessoal e Encargos Sociais inferiores ou próximas às Receitas Tributárias, passaram a ter estas despesas superiores às Receitas Tributárias nos últimos anos, como Rondônia, Distrito Federal, Mato Grosso, Rio Grande do Norte e Santa Catarina.

Gráfico 5 – Receita Tributária e Despesa com Pessoal e Encargos Sociais de Rondônia (em bilhões de reais)

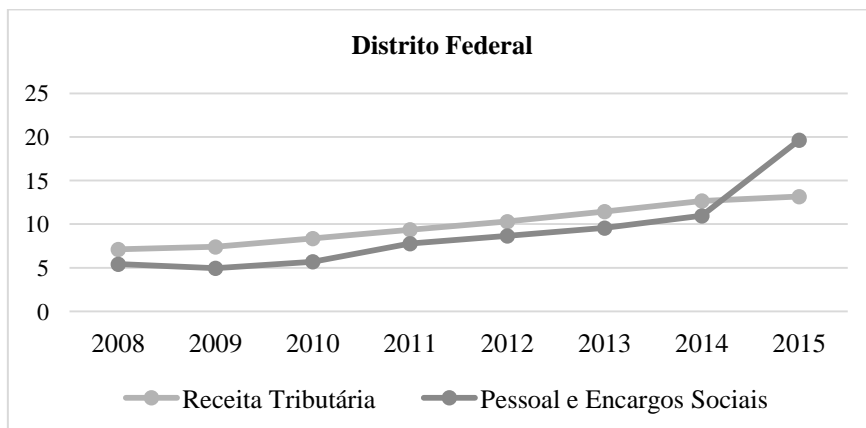


Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa.

Como apresentado no Gráfico 5, o Estado de Rondônia teve uma expressiva redução na sua Receita Tributária no ano de 2014 para 2015 e, devido a este fato, a receita ficou inferior a Despesa com Pessoal e Encargos Sociais no ano de 2015 com uma diferença no valor de R\$833 milhões. Mas, além do ano de 2015, em 2013 a despesa também ficou superior a receita com uma diferença de R\$117 milhões, devido ao aumento da despesa.

Conforme o Balanço Geral do Estado de Rondônia, a Receita Tributária arrecadada no ano de 2015 foi R\$776 milhões inferior à prevista para aquele ano. Entretanto, para a redução do consumo neste Estado, a consequente redução da geração de receitas tributárias e outros aspectos gerais inerentes aos resultados, é preciso considerar o aumento na inflação de 10,68%, além da saturação natural do mercado (RONDÔNIA, 2015).

Gráfico 6 – Receita Tributária e Despesa com Pessoal e Encargos Sociais do Distrito Federal (em bilhões de reais)

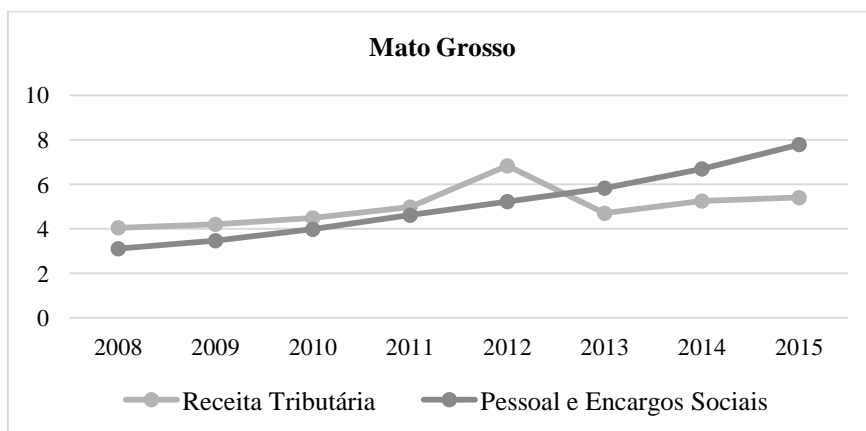


Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa.

O Distrito Federal apresentava a sua Receita Tributária maior que a sua Despesa com Pessoal e Encargos Sociais do ano de 2008 até o ano de 2014, mas de 2014 para 2015 esta despesa teve um aumento significativo, e superou sua receita. A diferença entre as duas contas em 2015 era de R\$6.474 milhões, de acordo com o Gráfico 6.

O Balanço Geral do Distrito Federal, apresenta que as contas de Despesa com Pessoal e Encargos Sociais que mais aumentaram do ano de 2014 para 2015 foram Vencimentos e Vantagens Fixas e Aposentadorias e Reformas (DISTRITO FEDERAL, 2015). Adicionalmente, de acordo com EBC (2015), houveram atrasos nos pagamentos dos servidores no Distrito Federal, o que enfatiza a dificuldade com relação as Despesas com Pessoal e Encargos Sociais.

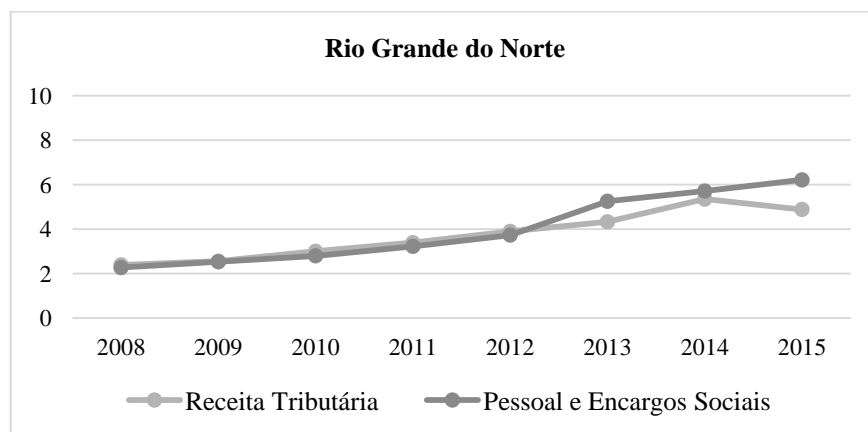
Gráfico 7 – Receita Tributária e Despesa com Pessoal e Encargos Sociais do Mato Grosso (em bilhões de reais)



Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa.

Ao verificar o Gráfico 7, nota-se que o Estado do Mato Grosso estava com a sua Receita Tributária acima da sua Despesa com Pessoal e Encargos Sociais nos anos de 2008 a 2012, mas devido à queda brusca da sua receita no valor de R\$2.131 milhões no ano de 2012 para 2013, este cenário mudou. Nos anos de 2013, 2014 e 2015 a sua Despesa com Pessoal e Encargos Sociais ficou superior a sua receita, com as diferenças de R\$1.132 milhões, R\$1.444 milhões, e R\$2.384 milhões, respectivamente.

Gráfico 8 – Receita Tributária e Despesa com Pessoal e Encargos Sociais do Rio Grande do Norte (em bilhões de reais)



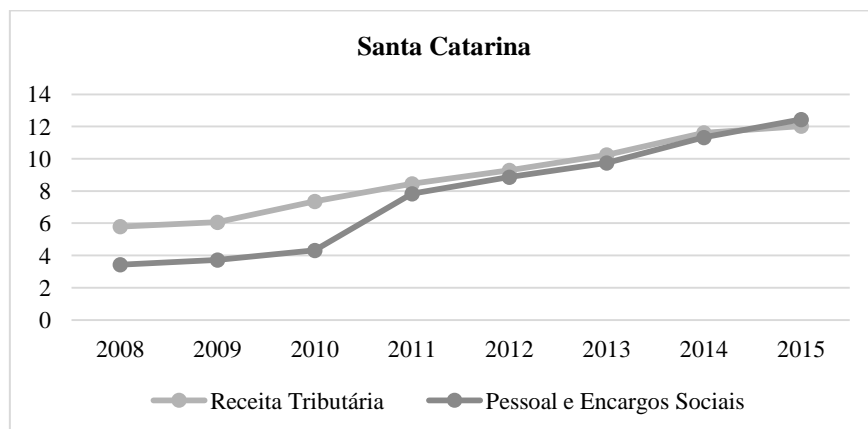
Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa.

O Estado do Rio Grande do Norte teve uma redução na sua Receita Tributária no ano de 2014 para o ano de 2015, mas esta não foi a única razão pela qual a Despesa com Pessoal e Encargos Sociais ficou superior a receita. O motivo está atrelado ao aumento da despesa no ano de 2012 para 2013 no valor de R\$1.519 milhões. Então, a partir do ano de 2013 até o ano de 2015, a receita ficou inferior a despesa com diferenças variáveis, e a queda da Receita Tributária fez com que a diferença ficasse maior, conforme pode ser observado no Gráfico 8.

Com relação a este cenário, o Balanço Geral do Estado do Rio Grande do Norte destaca que a Receita Tributária do ano de 2015 não superou a Receita estimada, de forma que a Receita arrecadada foi 4,98% inferior que a estimada (RIO GRANDE DO NORTE, 2015).



Gráfico 9 – Receita Tributária e Despesa com Pessoal e Encargos Sociais de Santa Catarina (em bilhões de reais)

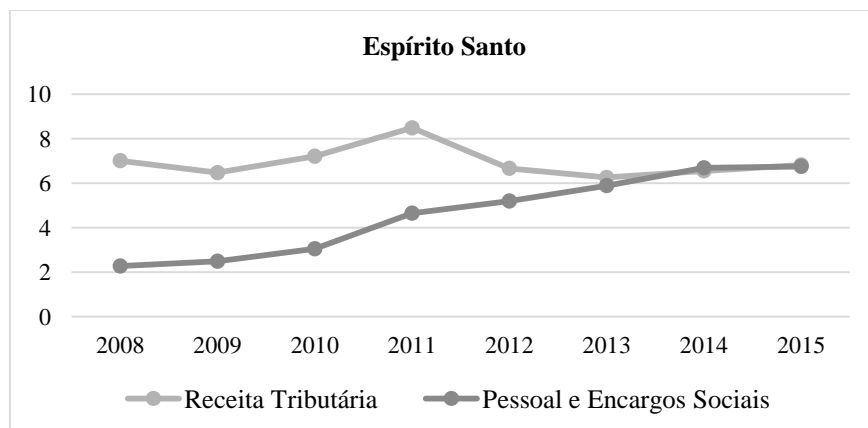


Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa.

De acordo com o Gráfico 9, o Estado de Santa Catarina esteve com a Receita Tributária acima da Despesa com Pessoal e Encargos Sociais durante o ano de 2008 até o ano de 2014, apesar de a partir do ano de 2011 a diferença entre estas duas contas ter diminuído. Em 2015 a receita ficou inferior a despesa em R\$405 milhões, devido ao aumento da despesa.

A aproximação da Despesa com Pessoal e Encargos Sociais da Receita Tributária se deve ao expressivo aumento Despesa com Pessoal e Encargos Sociais de 2010 para 2011 em 72,45%, conforme o Balanço Geral do Estado de Santa Catarina (SANTA CATARINA, 2011).

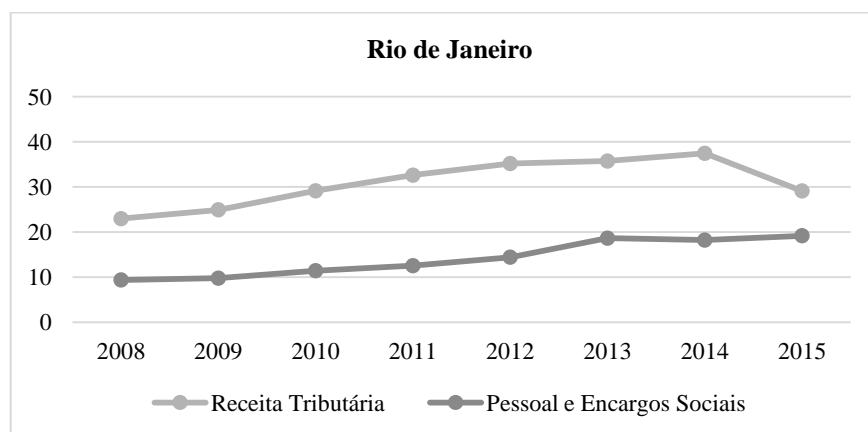
Gráfico 10 – Receita Tributária e Despesa com Pessoal e Encargos Sociais do Espírito Santo (em bilhões de reais)



Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa.

Conforme já mencionado, o Espírito Santo apresentou duas quedas na sua Receita Tributária, como pode ser observado no Gráfico 10, uma no valor de R\$540 milhões no ano de 2008 para 2009 e outra no valor de R\$2.229 milhões em um período de dois anos, 2011 para 2013. Atrelado a redução da Receita Tributária, a Despesa com Pessoal e Encargos Sociais continuou aumentando, num montante de R\$216 milhões de 2008 para 2009, e R\$1.240 milhões de 2011 para 2013. Ainda assim, o aumento das despesas não fez com que as mesmas superassem as receitas.

Gráfico 11 – Receita Tributária e Despesa com Pessoal e Encargos Sociais do Rio de Janeiro (em bilhões de reais)



Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa.

O Estado do Rio de Janeiro teve uma queda significativa na sua Receita Tributária no ano de 2014 para o ano de 2015 no valor de R\$8.331 milhões, de acordo com o Gráfico 11. No mesmo período, o Estado apresentou um aumento na sua Despesa de Pessoal e Encargos Sociais no valor de R\$976 milhões.

O Balanço Orçamentário do Estado do Rio de Janeiro do ano de 2015, explicou que a Receita Tributária arrecadada foi inferior à previsão atualizada em R\$11 bilhões para o ano de 2015 (JANEIRO, 2015).

Ainda, vale mencionar que, nos relatórios e Balanços Gerais dos Estados do Mato Grosso e do Espírito Santo, não se encontraram indícios e motivos para as variações e os consequentes comportamentos críticos das Receitas Tributárias e das Despesas com Pessoal e Encargos Sociais.

Os Estados do Acre, Alagoas, Amapá, Paraíba, Piauí, Roraima, Sergipe e Tocantins, que representam as regiões Norte e Nordeste, de 2008 a 2015 apresentaram Receita Tributária inferior a Despesa com Pessoal e Encargos Sociais. Isto demonstra como esta região é mais deficiente de recursos e sua população é menor, o que gera menor receita tributária devido ao menor consumo (ONUBR, 2016).

Já, os Estados Minas Gerais, Pernambuco, Rio Grande do Sul e São Paulo de 2008 a 2015 apresentaram Receita Tributária superior a Despesa com Pessoal e Encargos Sociais, bem como não houveram variações peculiares nas receitas e despesas analisadas que deveriam ser enfatizadas. Vale destacar que

dois destes Estados pertencem a região Sudeste, que é a mais populosa, sendo assim, a que mais tem consumo de pessoas e mais arrecada tributos.

Os Estados do Amazonas, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Pará e Paraná não são abordados individualmente pelo fato de não terem apresentado situações que mereçam destaque em relação ao comportamento da Receita Tributária e Despesa com Pessoal e Encargos Sociais. Conforme já mencionado, prioriza-se, nesta pesquisa, apenas a apresentação dos Estados mais críticos em relação ao assunto, abordados especificamente.

## 5 CONCLUSÃO

Ao considerar os apontamentos feitos nesta pesquisa, infere-se que apesar dos momentos de recessão econômica e a consequente redução do consumo, as Receitas Totais não sofreram redução em todos os Estados. No entanto, nem todas as receitas são afetadas pela crise diretamente, pois a variação no consumo afeta principalmente as receitas provenientes de impostos, que são parte das Receitas Tributárias. Para estas receitas, alguns Estados apresentaram quedas em momentos de crise, enquanto que em outros Estados a influência da recessão econômica não é tão evidente.

Um dos principais motivos pelo qual a receita tributária diminuiu na maioria dos Estados em momentos de crise é a inflação, que interferiu no poder de compra das pessoas. Em momentos de recessão econômica, os consumidores tendem à conscientização a respeito da necessidade de consumo, bem como à opção de produtos mais acessíveis.

Com relação às Despesas Totais, o comportamento foi de aumento ao longo do período analisado, especialmente a Despesa com Pessoal e Encargos Sociais, no qual a maioria dos Estados apresentou aumento dos gastos com pessoal. Este cenário corrobora com Silva (2015), que destaca o aumento das despesas dos Estados com folha de pagamento.

Destaca-se, ainda, a falta que um programa adequado de gestão de custos no setor público, ao considerar os benefícios relacionados ao gerenciamento das receitas e despesas dos Estados que seriam possibilitados, sobretudo com relação à análise do comportamento. Além disso, programas de gerenciamento dos custos permitiriam entender as razões da variabilidade das contas, e a consequente qualidade dos gastos públicos, de modo a reduzir custos e possibilitar mais condições e recursos à população.

Como sugestão para pesquisas futuras, indica-se a análise de outros grupos específicos de contas das Receitas Totais e Despesas Totais, de modo a relacionar com outras situações econômicas, financeiras, patrimoniais, entre outras explicações que justifiquem a variabilidade destas contas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACREFI. Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento. **A Casa do Crédito**. Disponível em: <<http://www.acrefi.org.br/assets/pesquisa/pesquisa-acrefi-tns-v4.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2016.

AEQUUS CONSULTORIA (Brasil) (Org.). **Compara Brasil**. 2013. Disponível em: <<http://comparabrasil.com/estados/paginas/planilhaEstado.aspx?g=1>>. Acesso em: 13 dez. 2016.

BORÇA JUNIOR, Gilberto Rodrigues; TORRES FILHO, Ernani Teixeira. Analisando a Crise do Subprime. **Revista do Bndes**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 30, p.129-159, dez. 2008.

BORGES, Thiago Bernardo; MARIO, Poueri do Carmo; CARNEIRO, Ricardo. A implementação do sistema de custos proposto pelo governo federal: uma análise sob a ótica institucional. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 2, p.469-491, abr. 2013.

BRASIL. **Código Tributário Nacional**: e Legislação Correlata. 2. ed. Brasília: Senado Federal, 2012.

BRASIL. IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

BRASIL. ONUBR. **Organização das Nações Unidas do Brasil**. 2016. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pobreza-permanece-concentrada-no-norte-e-no-nordeste-do-brasil-diz-estudo-centro-onu/>>. Acesso em: 26 mar. 2017.

CASTRO, Domingos P.; GARCIA, Leice M. **Contabilidade pública no governo federal**. São Paulo: Atlas, 2004.

CATARINA, Santa. **Balanco Geral do Estado de Santa Catarina**. Florianópolis: Secretaria do Estado da Fazenda, 2011. 125 p.

CRESPO, Sílvio. O preço do equilíbrio fiscal. **Getulio**, São Paulo, v. 1, n. 6, p.31-32, set. 2007.

DALL'OLIO, Leandro Luis dos S. Custos no setor público. **Revista Jml**, Paraná, v. 1, n. 1, p.38-43, jun. 2013.

EBC. **Empresa Brasil de Comunicação S/A**. 2015. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2015-01/tcdf-esta-analisando-se-irregularidades-causaram-atrasos-dos-pagamentos-no>>. Acesso em: 26 mar. 2017.

FEDERAL, Distrito. **Balanco Geral do Distrito Federal**. Brasília: Subsecretaria de Contabilidade, 2015. 289 p.

GLOBO, O. **Relembre o que é subprime**. 2012. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/relembre-que-subprime-3144507>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

GONÇALVES, Reinaldo. **Crise econômica: Radiografia e soluções para o Brasil**. Out, 2008. p. 1-18.

JANEIRO, Rio de. **Relatórios da Contadoria Geral do Estado**. Rio de Janeiro: Contadoria Geral do Estado, 2015. 213 p.

MACHADO, Nelson; HOLANDA, Victor Branco de. Diretrizes e modelo conceitual de custos para o setor público a partir da experiência no governo federal do Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 44, p.791-820, ago. 2010.

MARTINS, Daiana Bragueto; PORTULHAK, Henrique; VOESE, Simone Bernardes. Gestão de Custos: Um diagnóstico em hospitais Universitários Federais. **Revista de Administração Hospitalar e Inovação em Saúde**, Minas Gerais, v. 12, n. 3, p.59-75, fev. 2015.

MATTEI, Lauro; RUCINSKI, Rafael. Impactos da crise econômica sobre a economia catarinense. **Geosul**, Florianópolis, v. 31, n. 62, p.337-366, jul. 2016.

MAUSS, César Volnei. **Gestão de custos aplicada ao setor público**: modelo para mensuração e análise da eficiência e eficácia governamental. São Paulo: Atlas, 2008.

MENDONÇA, Heloísa. **El País O Jornal Global**. 2016. Disponível em: <[http://brasil.elpais.com/brasil/2016/02/16/economia/1455636966\\_063602.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2016/02/16/economia/1455636966_063602.html)>. Acesso em: 27 mar. 2017.

NOGUEIRA, Nuno. **O que é uma recessão econômica**. 2011. Disponível em: <<https://www.portal-gestao.com/artigos/6594-o-que-é-uma-recessão-económica.html>>. Acesso em: 16 mar. 2017.

NORTE, Rio Grande do. **Balanco Geral do Estado do Rio Grande do Norte**. Natal: Governo do Estado Rio Grande do Norte, 2015. 439 p.

PAULANI, Leda Maria. A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 23, n. 66, p.25-39, jun. 2009.

POCHMANN, Marcio. O trabalho na crise econômica no Brasil: primeiros sinais. **Estudos Avançados**, Campinas, v. 66, n. 23, p.41-52, jun. 2009.

REZENDE, Fernando; CUNHA, Armando; BEVILACQUA, Roberto.

Informações de custos e qualidade do gasto público: lições da experiência internacional. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 4, p.959-992, jul. 2010.

RONDÔNIA. **Balanco Geral do Estado da Rondônia**. Porto Velho: Secretaria de Finanças Superintendência de Contabilidade, 2015. 2 v.

SILVA, Lucieni. Endividados e com receita em queda. **Em Discussão**, Brasília, v. 1, n. 26, p. 35-35, set. 2015.

SILVA, O. A. **A Engenharia de Custos Procedural: tecnologia para neurogestão da produção de serviços hospitalares**. I ENCONTRO NACIONAL DE DOCENTES EM GESTÃO EMPRESARIAL, 3, 2016, São Paulo. São Paulo: Blucher Proceedings, 2016. 15 p.

SLOMSKI, Valmor. **Manual de contabilidade pública: um enfoque na contabilidade municipal**. São Paulo: Atlas, 2003.

TEIXEIRA, Ana Paula Leal. **“Gestão de custos de serviços hospitalares no INCA: avanços e retrocessos para implementação do Sistema de Apuração de Custos”**. 2013. 88 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Administração, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2013.